
CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA PERIÓDICOS: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB)

RARITY CRITERIA FOR PERIODICALS: newspapers, magazines and scientific periodicals in the Rare Books Section of the Central Library (BCE) of the University of Brasília (UnB)

Raphael Diego Greenhalgh (1)

(1) Universidade de Brasília, Brasil, raphaelrdg@gmail.com.



Resumo

Como os trabalhos que tratam sobre raridade em periódicos são escassos, neste estudo buscou-se entender quais são os critérios de raridade para periódicos adotados por outras instituições, quais os elementos bibliográficos para atribuição de raridade para livros podem ser usados no contexto dos periódicos e quais elementos históricos e materiais específicos da produção e circulação da comunicação periódica trazem escassez e importância aos títulos e exemplares. Para isso foi realizada uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, na literatura sobre raridade bibliográfica, na história da produção e circulação dos periódicos e nos critérios adotados pelas instituições brasileiras. A partir deste levantamento foram propostos os critérios de raridades para periódicos a serem adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília apresentados neste artigo.

Palavras-chave: Periódicos raros; Periódicos científicos raros; Jornais raros; Revistas raras; Raridade Bibliográfica

Abstract

As the works dealing with rarity in periodicals are scarce, this study sought to understand what are the rarity criteria for serials adopted by other institutions, which bibliographic elements for attributing rarity to books can be used in the context of periodicals and which historical elements and specific materials from

production and circulation of serials publications bring scarcity and importance to titles and copies. For this, an exploratory, documentary and bibliographical research was carried out, in the literature on bibliographic rarity, in the history of production and circulation of periodicals and in the criteria adopted by Brazilian institutions. From this survey, the rarity criteria for periodicals to be adopted by Central Library of the University of Brasília presented in this article were proposed.

Keywords: Rare periodicals; Rare scientific journals; Rare newspapers; Rare Magazines; Bibliographic Rarity

1 Introdução

A coleção de periódicos raros da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB) possui títulos de grande relevância histórica, como por exemplo, o Correio Braziliense (1808-1822), considerado o primeiro jornal brasileiro, a Revista Brasileira, onde saiu pela primeira vez a obra Memórias póstumas de Braz Cubas, de Machado de Assis, a Klaxon, revista modernista, e veículos da imprensa alternativa durante a Ditadura Militar (1964-1985), como Pasquim, Opinião e Movimento, entre outros. Contudo, apesar da importância deste acervo, até então não haviam sido criados critérios que subsidiassem a formação e desenvolvimento desta coleção.

Para a proposição de critérios de raridade para periódicos que se segue, buscou-se entender quais são os critérios de raridade para periódicos adotados por outras instituições, quais os elementos bibliográficos para atribuição de raridade para livros podem ser usados no contexto dos periódicos e quais elementos históricos e materiais específicos da produção e circulação da comunicação periódica trazem escassez e importância aos títulos e exemplares. Para que esta pesquisa possa ajudar a subsidiar não só a adoção de critérios de raridade para os periódicos da BCE, mas também em outras instituições.

Como os trabalhos que tratam sobre raridade em periódicos são escassos, para este estudo foi realizada uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, onde foram usados como arcabouço teórico os textos que trazem elementos para a construção de critérios de raridade para livros. Visto que, muitas das características de produção e circulação dos livros também são encontradas nos periódicos. Também foram levados em consideração os elementos históricos diferenciados e específicos para jornais e revistas, a partir de uma revisão de literatura, não só sobre critérios de raridade, mas também sobre a história da imprensa no mundo e no Brasil. Assim

como, foi realizado um levantamento online para identificação de quais são os critérios de raridade para periódicos adotados nas instituições brasileiras.

Além dos documentos que tratam da raridade para livros, também foram considerados os *Descriptive Cataloging of Rare Materials (Serials)* (DCRM(S)) e *RDA CONSER Standard Record* (CSR), fontes que tratam sobre descrição e catalogação de publicações seriadas raras e que trazem elementos que podem auxiliar no entendimento de raridade para periódicos no contexto internacional, principalmente pelas instituições norte-americanas.

2 Raridade bibliográfica: estudos e aplicações

A respeito da raridade bibliográfica, Andrade e Cantalino (2003) refletem que ela está associada à percepção de escassez e importância de uma obra, duas características de difícil mensuração, baseadas em pressupostos subjetivos, devido a impossibilidade de “verificá-las e confirmá-las de um modo objetivo” (Andrade e Cantalino 2003 p. 54). Neste sentido, os autores evidenciam o caráter político da proposição de critérios de raridade, para que essa atividade seja encarada como a apresentação de:

premissas que, sem dúvida, poderão servir a uma argumentação razoável que promova o convencimento (o entendimento racional) e a persuasão (a mudança de conduta) dos agentes culturais interessados. Uma relação de estruturas argumentativas no lugar de uma relação de critérios pseudo-objetivos. (Andrade e Cantalino 2003 p. 55)

A partir da crítica epistemológica sobre raridade bibliográfica apresentada acima, Araujo (2015 p. 22) aponta para “a falta de debate conceitual e de reflexão contínua sobre os saberes e fazeres que envolvem a gestão de coleções raras e especiais”, dando como exemplo desta ausência reflexiva “o uso alargado, automático e por vezes pasteurizado dos critérios para estabelecimento de raridade da Biblioteca Nacional (BN), em grande parte das bibliotecas de nosso país.” Neste sentido, o autor alerta para a função social da estruturação da raridade, tendo os profissionais que considerar na gestão de acervos raros e especiais, o âmbito de imersão institucional e o contexto de formação de seus acervos.

Pinheiro (1989) propôs cinco eixos para a atribuição de raridade e elaboração de critérios, buscando “estabelecer critérios para enfoque de raridade/preciosidade bibliográfica, não universais, mas aceitos universalmente” (Pinheiro 1989 p. 21). A autora apresentou características que se relacionam com a percepção de escassez e importância, considerando os contextos históricos da produção livreira e o livro em sua materialidade. Para ela, na construção de critérios de raridade devem ser considerados:

Limite histórico: usando como referencial a história do livro, considerando os períodos históricos em que há uma produção artesanal de impressos, ou mesmo a fase inicial de produção de impresso em qualquer lugar ou que sejam de interesse de determinados grupos sociais;

Aspecto bibliológico: entendendo o livro como objeto, com características além da informação textual, considerando-o em vários casos como obra de arte. Devendo ser observadas a beleza tipográfica, as características do suporte e encadernação, presença de gravuras, entre outros aspectos materiais;

Valor cultural: pois o livro traz os pensamentos de uma época e sendo importante para o entendimento histórico de uma nação ou povo. Uma elevação do valor cultura de uma obra pode estar, por exemplo, no fato dela pertencer a uma edição limitada ou especial, ter sido censurada ou uma contrafação, ser edições príncipes, ou obra científica do período inicial de ascensão de determinada área de conhecimento, entre outros;

Pesquisa bibliográfica: em bibliografias especializadas que podem revelar a escassez de um título e o situar dentro do contexto em que foi produzido, trazendo dados que muitas vezes não são possíveis de identificar no próprio exemplar, como tiragem, impressor, importância do ilustrador, do autor, entre outros aspectos;

Características do exemplar: são aquelas extrínsecas à publicação, verificáveis nas inserções, subtrações e complementações que foram adquiridas posteriormente à sua produção, como as diversas marcas de proveniência.

Os critérios de raridade aplicados pelas instituições brasileiras, no geral, se enquadram nestes cinco eixos. Batista (2012) analisou os critérios usados por doze instituições e identificou

que eles podiam ser associados ao limite histórico, valor cultural, aspectos bibliológicos e características do exemplar, principalmente.

Em relação ao limite histórico, nove instituições adotam o critério “impressos dos séculos XV a XIX”. Considerando os aspectos bibliológicos, as “edições de luxo” também são apontadas como raras em nove instituições. Já as “edições esgotadas”, “edições clandestinas” e “edições com tiragem limitada” são as mais adotadas no contexto do valor cultural das obras, sendo estes critérios usados em dez, nove e sete instituições respectivamente. Enquanto, os “exemplares com anotações manuscritas de importância, inclusive com dedicatórias” são adotados como critério de raridade em oito instituições, e aqueles “autografados pelo autor ou pessoa de renome” são adotados em sete instituições.

A exceção se deu no contexto do eixo da pesquisa bibliográfica, onde os sete critérios relacionados por Batista (2012) eram usados em apenas uma instituição cada. Provavelmente, esse resultado foi encontrado devido ao fato da pesquisa bibliográfica estar mais associada ao processo de seleção em si, onde são procuradas informações sobre a circulação e produção de uma obra, ao invés do uso desta etapa para a construção de critérios de raridade.

Em Silva (2011) também é possível observar a importância dada pelos bibliotecários a alguns critérios de raridade no momento de seleção. Os dois critérios com maior relevância nesse contexto foram aqueles relacionados ao limite histórico e às primeiras edições. Visto que, dos 21 pontos possíveis de atribuição pelos bibliotecários consultados, os dois critérios receberam 20 e 21 pontos respectivamente. Também ganharam pontuações acima da média, critérios como: manuscritos de escritores renomados, obras escritas ou que pertenceram a pessoas importantes da instituição, obras proibidas, censuras ou repudiadas pelo autor, e que apresentem ex-líbris ou assinatura de pessoas famosas, entre outros.

Os trabalhos de Silva (2011) e Batista (2012) revelam alguns aspectos da raridade bibliográfica que podem influenciar no estabelecimento de critérios, tanto para livros, quanto para periódicos. Por exemplo, apesar do critério “edições esgotadas” ser o mais adotado pelas instituições analisadas por Batista (2012), em dez, de doze, Silva (2011) mostra que este é um critério pouco considerado pelos bibliotecários no momento da seleção. Pois, apenas dois, dos sete

bibliotecários consultados, consideram esse um aspecto importante na seleção de obras raras, os demais consideram sem nenhuma importância. Por isso, recebeu apenas quatro pontos de 21 possíveis.

O fato de nenhum critério ter sido adotado ao mesmo tempo pelas 12 instituições analisadas por Batista (2012) mostra que não há unanimidade no entendimento sobre raridade bibliográfica. De modo que esta verificação reforça o entendimento de que “ao compreendermos claramente que o problema de determinação da raridade não diz respeito a uma competência verificadora natural, mas que está ligado ao assentimento comunicacional dos agentes culturais, passamos de imediato ao plano de uma política cultural” (Andrade e Cantalino 2003 p. 55).

3 Critérios de raridade para periódicos: entre o silêncio e o despertar

Diante do apresentado até aqui, verifica-se que boa parte da estrutura conceitual e argumentativa para atribuição de raridade para livros pode também ser aplicada aos periódicos. Por exemplo, a consideração a respeito do limite histórico, onde também é possível identificar momentos da produção e circulação dos periódicos que sejam caracterizados como períodos iniciais ou embrionários deste tipo de comunicação em determinada localidade. Outros aspectos identificados na literatura da raridade para livros, também se enquadram aos periódicos, tais como: censura, tiragens limitadas, ilustrações artesanais, marcas de posse ou proveniência, formatos e suportes não convencionais, entre outros.

Di Stasio (1994 p.114) relata sobre a ausência de trabalhos na área, ao dizer que “apesar da notória falta de literatura a respeito, serão também aqui abordados critérios de raridade para periódicos”, enquanto apresentava os critérios que foram estipulados para a Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro. Em publicação mais recente, Santos (2013 p. 4) também aponta para esta falta, dizendo que “vale lembrar que a literatura disponível sobre obras raras privilegia as monografias e não os seriados, o que requer a revisão de critérios baseados nas características de produção e circulação dos periódicos”.

Diante deste contexto, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir da revisão de literatura, do contato com algumas instituições que possuem acervos raros e de levantamento online, sendo possível identificar alguns critérios de raridade para periódicos empregados por algumas bibliotecas brasileiras. A Biblioteca Nacional (BN) disponibiliza a partir da página do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) orientações para critérios de raridade para periódicos. Além deste documento, também foram encontrados os critérios empregados pela Biblioteca Pedro Calmon, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Biblioteca Ministro Carvalho Júnior, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, no Rio de Janeiro.

Das nove instituições pesquisadas, quatro usam os mesmos dois critérios específicos para periódicos: periódicos estrangeiros dos séculos XV ao XIX e primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos. Adotados assim pela UFRJ ([201-]), UFC (2016), Embrapa (2013) e UFPR (2013). O TRT também usa um critério similar ao primeiro apresentado, sendo: periódicos nacionais e estrangeiros até 1900 (Souza 2017). Estes critérios mostram a preocupação das instituições em ter normas orientadoras específicas para a formação e desenvolvimento de acervos de periódicos raros. Mas, também revelam a necessidade do levantamento de outras características que possam configurar raridade a esta tipologia documental.

O critério “primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos” indica a demanda específica destas instituições na guarda da memória técnico-científica nacional, por terem a ciência e a pesquisa como um de seus valores. Preocupação também observada nas duas bibliotecas jurídicas, que possuem critérios distintivos para o seu escopo de atuação, como: primeiro fascículo de periódicos jurídicos (nacionais ou estrangeiros) muito utilizados que já vêm sendo publicados há muitos anos, adotado tanto pelo STJ (Meneses e Silva [S. d.]), quanto pelo TRT, e periódicos de direito do trabalho anteriores à CLT (1943), adotado pelo TRT (Souza 2017).

Os critérios sugeridos pela BN e os adotados pela Biblioteca Mário de Andrade são voltados para a produção tipográfica do periodismo nacional e estrangeiro. A BN sugere que seja considerado raro “todo o periódico que caracteriza o princípio da história da imprensa brasileira”, relatando que no caso do acervo da Divisão de Obras Raras, eles consideram “raros todos os periódicos impressos no século XIX, a partir, é claro, de 1808, data de criação da Imprensa Régia”, “todo o periódico que caracteriza a fase inicial da tipografia local de qualquer região”, “números com valor histórico-cultural especial, tais como: edições clandestinas; os exemplares únicos; edições comemorativas e as edições que abordam assuntos relevantes dentro de um enfoque regional” e os títulos ou exemplares que possuam suporte não convencional ou características que os individualizem dos demais da mesma edição, considerando o “material utilizado na impressão, como : tintas, seda, cetim, ilustrações e outros que caracterizam as edições de luxo; exemplares coleções especiais e com anotações manuscritas (incluindo dedicatórias)” (Planor [S. d.]).

A única instituição que cita de forma explícita o periodismo manuscrito é a UFSC, sendo raros os “jornais manuscritos” (UFSC 2018). Esta instituição ainda considera raros os jornais e as revistas estrangeiras publicadas até 1900 e nacionais até 1930 (UFSC 2018). A Biblioteca Mário de Andrade é a que apresenta a maior quantidade de critérios de raridade para periódicos, em um total de sete, sendo eles:

- 1) todos os periódicos brasileiros do século XIX, já encerrados até 1900, independentemente do conteúdo ou tamanho da coleção.
- 2) todos os periódicos brasileiros do século XIX, já encerrados até 1930: avaliamos a data final da publicação e o tamanho da coleção, mas em geral mantemos em Raros todos os periódicos publicados em São Paulo, com textos literários de autores modernistas.
- 3) todos os periódicos brasileiros do século XX, já encerrados até 2000: avaliamos o tamanho da coleção e principalmente o conteúdo, e mantemos tudo que diga respeito à história e à literatura de São Paulo, principalmente na primeira metade do século.
- 4) todos os periódicos brasileiros com formatos fora do usual, principalmente miniaturas (menos de 10 cm. de altura), os periódicos de artista, com tiragens reduzidas ou usando gravuras originais, os periódicos censurados ou perseguidos,

os clandestinos e os de literatura marginal, independentemente da data de publicação.

5) todos os periódicos estrangeiros já encerrados até 1850, independentemente do conteúdo ou tamanho da coleção.

6) todos os periódicos estrangeiros de arte, de grande valor histórico, cultural e monetário, independentemente da data de publicação.

7) todos os periódicos em fac-símiles publicados a partir do acervo da BMA, independentemente da data de publicação. (Sant’Ana 2020 p. 6-7)

Além de se considerar todas as diretrizes para raridade bibliográfica apresentadas, tanto as indicações para livros, quanto os critérios específicos para periódicos, também é necessário entender as facetas do periodismo enquanto tipologia documental, em relação a sua função, considerando aquilo em que se diferencia do livro, ou em sua materialidade, diante de sua historiografia.

A definição de periódico apresentada por Cunha e Cavalcanti (2008 p. 279) aponta que esta tipologia documental consiste em “fascículo numa série contínua sob o mesmo título, publicado a intervalos regulares, por tempo ilimitado, sendo cada fascículo numerado consecutivamente e com indicação de data; publicação periódica [...]”. Neste sentido, a principal característica que diferencia os periódicos dos livros e que pode influenciar no estabelecimento de critérios de raridade, é o fato dos periódicos frequentemente reunirem muitos números sob um mesmo título.

É necessário considerar também que um periódico pode voltar a ser reeditado, após algum tempo da publicação original, podendo o título ser igual ou diferente ao anterior, assim como pode acontecer também com editor, distribuidor, formato, local de publicação, entre outros aspectos, que podem ser os mesmos da edição inicial ou divergir deles (*DCRM(S)* 2008). Estes são aspectos que têm que ser analisados na atribuição de raridade, verificando a possibilidade de guarda desta reedição e a relevância dela para a história e preservação do periódico, conforme os critérios adotados.

Ao contrário do que normalmente acontece com os livros, as instituições podem optar pela guarda de determinados períodos de um jornal ou revista, considerando questões relacionadas as

limitações de armazenamento, por exemplo. Como pode ser o caso dos periódicos censurados, em que as instituições podem optar pela guarda apenas do período ou números em que houve restrição da liberdade de expressão, desconsiderando os números anteriores ou posteriores a este momento histórico, ou aqueles que não sofreram com a censura.

4 Critérios estipulados para a BCE

Os critérios aqui apresentados seguem, portanto, considerando a dimensão bibliográfica que cabe respectivamente às duas tipologias documentais, livro e periódico. Observada a partir da metodologia proposta por Pinheiro (1989) e os apontamentos feitos também por Andrade e Cantalino (2003) e Araujo (2015). Assim como, também pondera as características específicas da produção e circulação de periódicos. Observando, por exemplo, que os períodos históricos de desenvolvimento da produção livreira e de periódicos podem não ser coincidentes. Os critérios apresentados acima e adotados por algumas bibliotecas brasileiras também foram observados como parte da orientação à criação dos critérios para a BCE.

Os periódicos ainda apresentam diversas tipologias, de acordo com a temática ou função que assumem, como: folhetins, boletins, anais, revistas, jornais, científicos, almanaques, entre outros. Sendo aqui explicitados critérios principalmente para revistas, jornais e periódicos científicos, que aparecem com maior frequência no acervo de Obras Raras da BCE.

Para este trabalho usou-se a seguinte definição para revista: “publicação periódica, de frequência não-diária, editada ou não em cadernos, que tem por objetivo selecionar, resumir, comentar e desenvolver fatos e informações atuais ou históricas considerados de interesse para a sua área específica” (Faria e Pericão 2008 p. 643). Enquanto foi considerado um jornal a “publicação em série editada com intervalos muito curtos, que fornece as informações mais recentes sobre a atualidade, acompanhadas ou não de comentários” (Faria e Pericão 2008 p. 420). Por sua vez, a definição para periódicos científicos considerada foi a de publicação “geralmente editado por uma instituição acadêmica, no qual a maioria dos artigos relata resultados de pesquisas” (Cunha e Cavalcanti 2008 p. 279).

Neste contexto, foram estabelecidos os seguintes critérios de raridade para esta coleção:

- *Jornalismo epistolar e periódicos (jornais, revistas ou periódicos científicos) manuscritos*

O jornalismo epistolar compreende a circulação de cartas de notícias manuscritas entre os séculos XVI e XVIII, que deu origem ao jornalismo, em três fases: cartas particulares, cartas profissionais e gazetas de assinaturas, conforme aponta Rizzini (1988). Portanto, jornais e revistas circulam primeiramente de forma manuscrita, mesmo já tendo sido popularizada a impressão em tipos móveis, mostrando que a determinante para o início do periodismo foram os correios e não a tipografia (Rizzini 1988).

A comunicação científica também teve início epistolar, com a fundação, em 1622, da Royal Society em Londres e da Académie Royale des Sciences, na França, hoje chamada de Académie des Sciences, havendo intensa troca de correspondências entre elas, configurando o período conhecido como República das Letras, como apontam Mendoza e Paravic (2006).

Mesmo após a fase do jornalismo epistolar apresentado por Rizzini (1988), também circularam jornais e revistas manuscritas. Cunha (1994), por exemplo, lista uma série de títulos de periódicos manuscritos brasileiros produzidos nos séculos XIX e XX presentes no acervo da Biblioteca Nacional (BN), do Rio de Janeiro, entre os quais: *A Careta: jornal crítico, poético e literário* (1863), *O Liberal: jornal crítico, poético e político* (1864), *A Revista do Rio: órgão aos interesses diligados do Brasil* (1902), *O Sol: revista liberal ortológica* (1903).

Barbosa (2012) ainda apresenta o título *O Paulista*, que circulou em São Paulo em 1823. Enquanto, o *Conciliador do Maranhão*, até o número 34, teria circulado de forma manuscrita em São Luís-MA, em 1821 (Barbosa 2010). No século XX também circularam periódicos manuscritos no Brasil, Rocha Neto et al. (2017) dá notícias, por exemplo, *d'O Sonho*, publicado em Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, entre 1905 e 1910. Já Assunção e Pinheiro (2012) apontam que na cidade de Imperatriz, no Maranhão, o jornalismo surgiu em 1932 com o jornal manuscrito *O Alicate*.

Segundo Barbosa (2012) a produção de periódicos manuscritos no Brasil estava associada a uma ordem afetiva, visto que as letras manuscritas eram mais familiares em um mundo que a impressão chegara recentemente, estando mais próxima de uma comunicação caseira, pessoal, com características advindas das práticas orais. Pressupondo uma partilha mais intensa, visto que, além de um mesmo exemplar ter que ser compartilhado com várias pessoas, também era produzido visando à leitura coletiva. Somando-se esse vínculo afetivo às muitas limitações na produção impressa, como o preço do papel, alto custo da montagem de oficinas tipográficas, censura prévia dos impressos, entre outros.

- Jornais, revistas ou periódicos científicos estrangeiros com início de publicação até 1850

A data adotada leva em consideração o período de desenvolvimento das ferramentas de impressão, que proporcionaram o crescimento do número de títulos e da tiragem de jornais e revistas. Ao longo dos séculos XVIII e XIX surgem tecnologias que impulsionaram a publicação de periódicos, como as invenções da máquina para fabricar papel contínuo, em 1798 e da prensa rotativa, em 1846. Dois dos principais processos que possibilitaram a impressão em larga escala. Neste sentido, considerou-se, diante da História da Imprensa, que sua fase de produção artesanal nos países desenvolvidos do mundo ocidental foi até 1850, data próxima ao que consideram McLaren e Gillis (2006 p. 41 tradução nossa), que afirmam que “Os periódicos podem ser considerados raros porque foram publicados no período da imprensa manual (ou seja, antes de 1840), e as edições dessas primeiras publicações são geralmente escassas”.

Tanto o DCRM (2008), quanto o CSR (2020), também reforçam o uso do início do século XIX como ponto referencial para o fim da produção artesanal de periódicos e com isso, atribuição de raridade por este contexto histórico. Pois, ambos propõem um conjunto de regras para descrição de publicações seriadas raras produzidas, principalmente, antes da introdução da mecanização da impressão e produção de papel, que ocorrem neste período.

Esta perspectiva também está próxima da adotada pela Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, para raridade em periódicos estrangeiros. Pois, esta instituição considera raros “todos

os periódicos estrangeiros já encerrados até 1850, independentemente do conteúdo ou tamanho da coleção” (Sant’Ana 2020 p. 7).

Outras tecnologias importantes para o desenvolvimento dos periódicos impressos para a forma como são hoje surgem na segunda metade do século XIX, como a introdução da fotogravura em clichê a meio tom, em 1880, que suplantou “lentamente a gravura para reprodução de imagens.” (Azevedo 2009 p. 88). Ou ainda, como mostra também Azevedo (2009), o surgimento do linotipo em 1884, que diminuiu o tempo para composição textual, ou mesmo a invenção do monotipo, em 1893, facilitando a correção dos erros tipográficos.

Também no século XIX aconteceram uma série de modificações na comunicação científica, influenciadas também pelas inovações tecnológicas no processo de impressão, sendo o momento em que os periódicos científicos adquirem credibilidade para substituição aos livros como principal meio de divulgação da ciência (Stumpf 1996). O uso de citações dos trabalhos que embasavam as pesquisas também se inicia na primeira metade do século XIX (Mendoza e Paravic 2006). Assim como, com a *Pharmazeutisches Zentralblatt*, de 1830, surgem os periódicos que traziam resumos de artigos científicos, de modo a facilitar a recuperação dos textos (Stumpf 1996).

Portanto, para a BCE são considerados raros os jornais, revistas e periódicos científicos com início de publicação até 1850 e que tenham encerrado suas atividades até 1900. Para aqueles títulos que tenham números publicados no século XX, deve-se analisar cada caso individualmente, para verificação da possibilidade de guarda destes números sobressalentes, considerando o tamanho da coleção e as questões de preservação e armazenamento.

- Jornais nacionais com início de publicação até 1900

A imprensa no Brasil chega tardiamente em relação ao restante do mundo ocidental, com o início destes veículos no país, apenas a partir de 1808. Por esse motivo, a passagem de uma fase de produção artesanal para industrial dos jornais brasileiros acontece na passagem do século XIX para o XX, com o aumento dos investimentos nos parques gráficos (Azevedo 2009). Assim como, influenciou no crescimento dos títulos de jornais e da circulação dos exemplares as taxas de alfabetização da população brasileira, visto que em 1890 “estimava-se em apenas 15% o montante

da população brasileira alfabetizada, porcentagem que timidamente se elevou para 25% no censo de 1900 e que não sofreu alterações significativas em 1920” (Martins e Luca 2015 p. 156).

Por isso, serão considerados raros os jornais com publicação iniciada até 1900 e encerrados até 1930. Para aqueles que iniciaram suas atividades até o fim do século XIX e apresentam produção posterior a 1930, deve-se estudar caso a caso o tamanho da coleção para verificação da possibilidade de incluir o restante da coleção no acervo de periódicos raros.

- Revistas nacionais com início de publicação até 1950

Sugere-se uma data mais estendida para atribuição de raridade para as revistas, pois a expansão na produção desse tipo de periódico ocorre em período diferente dos jornais. Até a década de 1950, por exemplo, apenas *O Cruzeiro*, lançada em 1928, se destacava em relação aos números de tiragem. Esta revista só foi encontrar rivalidade na *Manchete*, lançada em 1952.

Ao analisar a história da imprensa brasileira, contata-se que o panorama das revistas de consumo era relativamente pobre quando, em junho de 1950, Victor Civita lançou o Pato Donald. Nascia ali a empresa editorial que dominaria o mercado em poucos anos. Éramos um país de 52 milhões de habitantes, uma população da qual só cerca de um terço vivia nos grandes centros urbanos. As revistas importantes de consumo eram muito poucas. A mais vendida era *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, lançada em 1928, antes mesmo que o modelo das semanais ilustradas tivesse sido reinventado por *Life*, em 1936, nos Estados Unidos. *A Manchete*, de Adolfo Bloch, só seria lançada em 1952.” (Martins e Luca 2015, p. 207)

Usando a relação das revistas brasileiras disponibilizada pela *A Revista no Brasil* (2000), foi possível levantar que, entre 1900-1949, a média de revistas lançadas por ano foi de 4,04, enquanto entre 1950-1999, essa média mais que dobrou, sendo de 9 revistas ao ano.

A partir da listagem disponível na *A Revista no Brasil* (2000) também foi possível aferir o número de revistas que tiveram duração menor que um ano. Entre 1900 e 1949 foram relacionadas 202 revistas, sendo que destas, 24 duraram menos de um ano. Enquanto entre 1950 e 1999 foram listadas 450 revistas, com apenas 12 destas com duração menor que um ano. Ou seja, o número de títulos lançados na segunda metade do século XX foi mais que o dobro dos 50 anos anteriores, mas as revistas que duraram menos de um ano foi a metade do período anterior. Mostrando, como a administração e lançamento de títulos evolui para que haja uma adesão do público, além do

Greenhalgh, Raphael Diego. Critérios de raridade para periódicos: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol. 16, publicação contínua, 2022, e02132. DOI: 10.36311/1981-1640.2022.v16.e02132

aumento da absorção dos títulos pela população, permitindo que um número maior de títulos circule.

Dentro do contexto apresentado, na BCE são consideradas como raras aquelas revistas com início de publicação até 1950 e término até 1960. Devendo ser analisada a possibilidade de armazenar números posteriores à 1960, nos títulos que ultrapassem esse período de existência.

- Periódicos científicos nacionais com início de publicação até 1930

A comunicação científica no Brasil também se inicia no começo do século XIX, veiculada no princípio na imprensa em geral, não especializada (Freitas 2006). Mesmo durante o Segundo Reinado (1840-1889) a produção de pesquisa científica no país era marginal, limitada a poucas pessoas e às iniciativas individuais, conforme mostram Moreira e Massarani (2001). Os autores apontam a década de 1920 como o período fértil para a divulgação científica no Brasil, com melhores condições e desenvolvimento para a ciência nacional e aumento significativo das iniciativas de divulgação científica em jornais, revistas e livros, da organização de conferências periódicas abertas ao grande público e do uso do rádio para difusão de conteúdo científico.

Por isso, na BCE foi adotada a data de 1930 como corte para o estabelecimento de raridade para periódicos científicos nacionais. Considerando aqueles que tenham encerrado suas atividades até 1945, final do Estado Novo. Sendo necessária a análise individual, caso a caso, de materiais que ultrapassem essa data.

- Primeiros jornais e revistas de uma localidade que caracterizem a fase inicial da tipografia naquela região, ou do periodismo local

As oficinas de impressão chegam em momentos distintos nos diversos estados brasileiros, com a primeira delas iniciando suas atividades em 1808, na cidade do Rio de Janeiro. Mas, em São Paulo e no Acre, a impressão de textos acontece apenas a partir de 1827 e 1902, respectivamente (Planor [S. d.]). Mesmo a implementação destas oficinas não significou o surgimento imediato de jornais em algumas localidades. Hallewell (2012) mostra, por exemplo, que na Paraíba já havia prensa a partir de 1817 e no Espírito Santo a impressão chegou em 1840. Enquanto os primeiros jornais nesses estados surgem em 1826 e 1849, respectivamente.

No Distrito Federal, a primeira revista, *Brasília*, circulou a partir de 1957, e o primeiro jornal, *Correio Braziliense*, circulou a partir de 21 de abril de 1960, mantendo uma tiragem de 1.500 exemplares até 1963 (FGV 2019). Observa-se que com frequência as primeiras iniciativas de comunicações periódicas de uma localidade apresentam uma fase embrionária, com tiragens baixas. Neste sentido, torna-se importante considerar raros os primeiros jornais e revistas que circularam em determinada localidade, buscando a salvaguarda da memória da imprensa nacional.

- Primeiros periódicos científicos nacionais e estrangeiros publicados em cada área do conhecimento

A especialização dos periódicos científicos vai acontecer a partir do século XVIII, em campos específicos do conhecimento, como a física, a química, a biologia, a agricultura e a medicina, como mostra Stumpf (1996). A autora ainda diz que esta especialização não era generalizada, com os periódicos deste período sendo predominantemente não especializados. No Brasil, como já mencionado, a comunicação científica se inicia no século XIX, em jornais voltados ao grande público, não especializados.

Como os múltiplos campos do conhecimento se desenvolveram em momentos diversos, o uso deste critério se dá no intuito de salvaguardar a memória do início da comunicação científica de cada área, principalmente daquelas que evoluíram após as datas de cortes usadas em outros critérios. Portanto, para a BCE são considerados raros os primeiros cinco anos de publicação do periódico tido como precursor em determinado campo do conhecimento, tanto internacionalmente, quanto nacionalmente. Para identificação dos diversos campos científicos, foi considerada a Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq [S. d.]).

- Jornais e revistas que sejam representativos de uma memória local ou regional

Podem ser considerados raros os exemplares, ou mesmo determinados períodos de publicação, ou ainda títulos na completude, dos periódicos que tenham tratado sobre pontos chaves da história local ou regional. No caso da BCE, na Seção de Obras Raras está guardada a coleção da revista *Manchete*, que é famosa por abordar de forma exaustiva o período de construção de Brasília. Portanto, a coleção de periódicos raros tem como foco a guarda dessa memória da

construção e início do funcionamento da nova capital. Pois, no Setor de Coleções Especiais da mesma biblioteca há uma coleção específica para a guarda da memória local e mesmo institucional.

- Números de jornais ou revistas nacionais ou estrangeiros que tenham sido censurados, recolhidos, apreendidos, ou que circularam clandestinamente

Apesar de geralmente a censura se estruturar e oficializar durante regimes autoritários, também em momentos histórico-políticos considerados democráticos pode haver controle da mídia. No Brasil, por exemplo, em todos os períodos históricos é possível listar episódios de repressão à imprensa. Na Primeira República (República Velha – 1889-1930) houve inúmeros casos de empastelamento e perseguição a jornais, assim como houve episódios de censura na Quarta República (República Populista – 1945-1964).

Durante a Ditadura Militar no país, por exemplo, a repressão à imprensa se dava por uma animosidade difusa. Smith (2000 p. 75) explica que “a animosidade contra a imprensa era tão generalizada no regime que não havia necessidade de uma direção ou coordenação central”. A autora ainda mostra que entre os recursos usados para dificultar o trabalho da mídia, para além da censura prévia, estavam exaustivas auditorias fiscais, bloqueio das receitas publicitárias, tanto da publicidade governamental, quanto privada, pressão sobre jornalistas, com processos judiciais, prisões e até mesmo tortura, pacotes de notícias elaborados pelo governo, e apreensões de exemplares.

Smith (2000 p. 83) diz também que “para alguns jornais, a apreensão foi um evento único, enquanto para outros era quase rotina”. Neste sentido, com frequência alguns exemplares escapavam ao confisco e por isso, todos os números de jornais e revistas que tenham sobrevivido a este processo são considerados raros. Para os jornais que tenham uma reconhecida fase de perseguição pelo governo, deve-se guardar todos os números destes veículos publicados no período. Como visto, critério similar também é usado pela Biblioteca Mário de Andrade.

- Jornais e revistas nacionais da imprensa alternativa durante a Ditadura Militar (1964-1985)

A imprensa alternativa na Ditadura Militar compreendia uma série de jornais e revistas que se colocaram contra o governo e como um contraponto à grande imprensa. Segundo Kucinski (2018) os jornais alternativos podem ser classificados em duas categorias, os predominantemente políticos, com origem na valorização do nacional e popular, vinda dos anos 1950 e também do marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 1960. Ou aqueles que tinham suas raízes na contracultura, propondo ruptura cultural e críticas aos costumes. O autor ainda afirma que os periódicos da imprensa alternativa “tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (Kucinski 2018 p. 11).

A adoção desse critério se justifica pela importância destes veículos, associada a brevidade de circulação de muitos deles. Pois, como Kucinski (2018 p. 22) revela, “do universo levantado de cerca de 150 jornais, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência. Vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números”.

- Jornais e revistas nacionais da imprensa negra publicados até 1964

No período do Brasil Império (1822-1889) as publicações abolicionistas renunciaram o surgimento da imprensa negra. Mas, foi apenas após a abolição da escravatura, principalmente a partir da primeira década do século XX, que os veículos desta imprensa se tornaram mais frequentes e organizados, como mostra Malatian (2018). “A imprensa negra atuou como um espaço de resistência no pós-abolição, por fazer frente a estigmas e estereótipos negativos construídos em relação à população de cor escura” (Oliveira 2017 p. 2). Neste sentido, Pereira (2011) reforça que essa reação à imagem estigmatizada dos negros, se dá em uma imprensa incipiente nos primórdios da década de 1910.

Em matéria do Observatório da Imprensa consta que o jornalismo negro teria se enfraquecido durante o Estado Novo (1937-1945) devido às perseguições do governo ao movimento midiático negro, recobrando folego apenas após este período, em 1945, sendo novamente sufocado a partir da Ditadura Militar (1964-1985) (*Memória da imprensa negra no Brasil* 2020). Por este motivo, adotou-se aqui a data de 1964 como recorte para o estabelecimento

Greenhalgh, Raphael Diego. Critérios de raridade para periódicos: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol. 16, publicação contínua, 2022, e02132. DOI: 10.36311/1981-1640.2022.v16.e02132

de raridade para a imprensa negra. Para os títulos que tenham início de produção anterior a 1964, mas que não tenham encerrado suas atividades até essa data, cabe análise individual para verificação da possibilidade da guarda de todos os exemplares.

- Jornais e revistas nacionais da imprensa feminista e publicados por e para a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers e outras identidades de gênero (LGBTQ+) publicados até 1990

Assim como na imprensa negra, que se desenvolve em momento posterior ao estabelecimento de uma grande mídia nos diversos estados brasileiros, também é tardio o surgimento de uma imprensa especializada voltada para as causas feministas e para a comunidade LGBTQ+. Neste sentido, o que se poderia considerar como um período inicial, embrionário, ou mesmo artesanal destas publicações, se difere do restante da imprensa brasileira. Visto que, o surgimento do periodismo feminista ocorre a partir da década de 1970, com o jornal *Brasil Mulher*, de Londrina – PR, sendo o primeiro deste seguimento publicado em território nacional (Cardoso 2004). Enquanto a imprensa LGBTQ+ surge em 1961, com o *Snob*, inicialmente datilografado e mimeografado em papel ofício, circulando na cidade do Rio de Janeiro (Lima 2001).

Cardoso (2004) pontua que a imprensa feminista teve duas gerações principais, a primeira entre 1974 e 1980, com reivindicação principal de justiça social para homens e mulheres, sendo produzida principalmente por partidos políticos que faziam oposição à Ditadura Militar. Enquanto a segunda geração se situa entre 1981 e 1999, reivindicando a igualdade entre homens e mulheres, com respeito a suas diferenças, sendo publicada principalmente por organizações não governamentais (ONGs). Maia (2018 p. 37) afirma que “uma marca das publicações periódicas no Brasil é sua produção por grupos ligados aos ativismos feministas e LGBTQ+, frequentemente institucionalizados no formato ONG, em especial a partir dos anos 1990”.

Pelas características similares de circulação e produção, a imprensa feminista e a imprensa para o público LGBTQ+, ficou estabelecido o ano de 1990 como data de corte para atribuição de raridade, a fim de abranger todo o período artesanal e embrionário destes seguimentos dos periódicos nacionais.

- Jornais, revistas ou periódicos científicos com anotações manuscritas, dedicatórias ou marcas de proveniência ou propriedade de pessoas renomadas

Assim como nos livros, os periódicos podem receber marcações ou acréscimos posteriores a sua produção. Portanto, os exemplares que carregam em si dedicatórias, anotações manuscritas, marcas de leitura ou marcas de posse ou proveniência se distinguem dos demais da mesma edição, ou tiragem.

Para determinação de renome de uma personalidade, na BCE usou-se com alguns acréscimo e adaptações, as listagens adotadas pela UFSC (2018 p. 7) e pela Biblioteca Nacional de Brasília (2019 p. 11-12), da forma abaixo:

- a) todos os presidentes do Brasil e também aqueles que governaram o país em períodos anteriores à introdução da República;
- b) todos aqueles que receberam a premiação máxima internacional referente à sua área de atuação;
- c) todos os “imortais” da Academia Brasileira de Letras;
- d) todos aqueles vistos como expoentes ou idealizadores que participaram de movimentos artísticos ou literários representativos para a cultura nacional;
- e) todos aqueles cujas obras assinalam o início, caracterizam o estilo ou delimitam o fim de tendências artísticas ou escolas literárias tradicionais;
- f) todos aqueles que em nome da ciência descobriram, inventaram ou proporcionaram avanços para a humanidade;
- g) todos os reis, rainhas, príncipes e princesas reconhecidos na história;
- h) todos os líderes religiosos ou espirituais máximos;
- i) todos os líderes que “encabeçaram” movimentos separatistas, emancipatórios ou revolucionários;
- j) todos os compositores, maestros e intérpretes musicais que marcaram época, ou são considerados os expoentes ou que definiram tendências em determinado gênero musical, ou ganharam as premiações máximas nacionais e internacionais na área musical;
- k) todos os atores, atrizes, roteiristas e diretores de teatro, de televisão e cinema que marcaram época, ou modificaram comportamentos, ou ganharam as premiações máximas nacionais e internacionais em atuação, elaboração de roteiro, ou direção;
- l) todos os papas, todos os mártires beatificados, canonizados ou santificados pela Igreja;

- m) todos os homenageados nos maiores monumentos, solenidades ou patrimônios nacionais;
- n) Membros de todas as academias literárias de Brasília, como: Academia de Letras de Brasília, Academia Taguatinguense de Letras, Academia Cruzeiroense de Letras, Academia Planaltinense de Letras, Artes e Ciências e outras que porventura venham a ser constituídas;
- o) Todos os esportistas vencedores nos principais torneios da sua modalidade;
- p) todos os líderes ou representantes dos movimentos sociais ligados às causas raciais, homossexuais, feministas, indígenas, agrárias, estudantis, trabalhistas e ecológicas
- q) todos educadores ou pensadores que foram essenciais para a realização de transformações significativas no sistema educacional brasileiro

- Números de revistas científicas que tenham artigos de pessoas ilustre (1) ou com descobertas primordiais para a humanidade

Mesmo que um título não esteja contemplado nos demais critérios, é possível que determinados números possam ser considerados raros, por trazerem artigos que tenham sido elaborados por algum(a) autor(a) renomado(a), tornando-se parte importante da trajetória desta pessoa, como por exemplo, artigos que tenham sido elaborados pelo cientista Albert Einstein, ou pela ganhadora do prêmio Nobel em duas ocasiões, Marie Skłodowska-Curie. Ou, também por apresentarem artigos que são considerados marcos para as diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, o artigo que primeiro apresenta a estrutura do DNA, em dupla hélice, publicado por James Watson e Francis Crick, na revista *Nature*, em 1953.

- Jornais ou revistas com tiragem numerada e especial, ou considerados produções de artistas;

No contexto dos livros, as tiragens numeradas têm a tendência de ser tiragens reduzidas, trazendo em alguma página, com frequência, além da indicação do número do exemplar dentro da edição, também as assinaturas do autor e/ou editor, podendo ainda serem confeccionadas em papel especial, conforme informa Rodrigues (2006). A autora ainda acrescenta que em edições especiais, além dos elementos já mencionados, as obras ainda podem apresentar ilustrações de artistas renomados, feitas especialmente para a obra.

As produções de artistas a que também se atém este critério estão associadas ao conceito de “livro de artista”, definido por Faria e Pericão (2008 p. 461) como “livro começado a editar no século XX, cujo nome lhe vem do fato de o artista participar diretamente na produção. Por vezes, o pintor era simultaneamente o autor da ilustração e do texto; livro de pinturas”. A associação dos livros de artista com os periódicos produzidos da mesma forma e com a mesma intenção é feita por Sant’Ana (2020 p. 11), que chama estas publicações seriadas como “periódicos de artista”, mostrando sua equivalência aos livros, por apresentarem “tiragens reduzidas”, “gravuras originais” e “formatos variados”.

- Jornais ou revistas com curta duração, ou com tiragem baixa

Este critério se diferencia do anterior por se referir à uma tiragem baixa que não foi determinada intencionalmente, no intuito de estabelecer um nível de exclusividade sobre o título, ou mesmo de evidenciar a produção de um periódico em processos artesanais de impressão e/ou ilustração. Portanto, o que aqui se propõe é a guarda de periódicos com baixa tiragem ou curta duração que são representativos de tentativas de produção independente, ou mesmo mal sucedidas. De modo, a resguardar a memória da comunicação periódica, que também se mostra nas dificuldades em se estabelecer um título, por motivos de pressão política, de falta de apoio financeiro, de concorrência, de planejamento precário, entre outros. Mas, que mostram a necessidade comunicacional de determinado grupo ou indivíduo.

Neste sentido, para a BCE são considerados como raros os títulos que tenham circulado com tiragem abaixo de 1.000 exemplares, ou que tenham durado menos um ano, ou lançado menos de cinco números, mesmo que em prazo maior que um ano.

- Jornais ou revistas em miniaturas, ou em suportes não convencionais

As obras com estas características estão associadas à curiosidade bibliográfica, pois são produzidas em dimensões ou suportes não convencionais, representando uma pequena parcela de edições feitas com estes elementos distintivos. As miniaturas, por exemplo, também são representativas de um período histórico da produção livreira, onde se reduziu o tamanho dos exemplares para facilitar seu transporte e armazenagem.

Na BCE serão considerados raros apenas os exemplares que forem confeccionados em miniatura ou em material não convencional. Visto que estas características podem ser alteradas ao longo da circulação de um mesmo jornal ou revista. Para se enquadrar como miniatura o periódico deve ter no máximo 10 cm de altura, mesma medida adota pela Biblioteca Mário de Andrade (Sant'Ana 2020).

5 Considerações finais

Sendo a raridade bibliográfica construída socialmente, como apontado, torna-se importante a revisão periódica dos critérios aqui propostos. Assim como, a realização e divulgação de outras pesquisas que tenham a raridade para periódicos como foco principal. Visto que, a atribuição de importância a determinado item ou conjunto bibliográfico pode se alterar com o passar do tempo, assim como podem se tornar escassos alguns grupos de periódicos que antes tinham muitos exemplares disponíveis.

A ampliação dos estudos sobre raridade para periódicos e da adoção de critérios específicos para esta tipologia documental, no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, permite que as bibliotecas e os bibliotecários se posicionem e ajudem na construção de uma política cultural que vise a salvaguarda deste material.

Vale considerar também que para a proposição aqui apresentada foram observadas as missões institucionais da UnB e da BCE, principalmente o que se relaciona com a tríade da base universitária: ensino, pesquisa e extensão. De modo que, algumas instituições podem adaptar, revisar, ampliar, ou mesmo desconsiderar alguns dos critérios aqui expostos.

Notas

(1) Também seguirá a relação do critério anterior.

Referências

- Andrade, Ricardo Henrique Resende de, e Cantalino, Maria das Graças N. “A raridade como questão epistemológica e política: um novo paradigma para os curadores de acervos especiais”. *Anais da Biblioteca Nacional*: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 123, 2003, pp. 49-58, http://planorweb.bn.br/documentos/anais_123_2003.pdf. Acessado 16 mar. 2021.
- Araújo, Andre Vieira de Freitas. “Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações”. *Acervos Especiais: memórias e diálogos*. Org. por Bruno V. G. Vieira e Ana Paula Meneses Alves. Cultura Acadêmica, 2015, pp. 15-31, <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acessado 16 mar. 2021.
- A Revista no Brasil*. Editora Abril, 2000.
- Assunção, Thays Silva, e Pinheiro, Roseane Arcaño. “Jornalismo em Imperatriz-MA: os jornais impressos em tempo de mudança (1970-1989)”. *Revista Brasileira de História da Mídia*, vol. 1, no. 2, jul./dez. 2012, <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4028>. Acessado 24 mar. 2021.
- Azevedo, Dúnya. “A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros”. *Mediação*, vol. 9, no. 9, jul./dez. de 2009, pp. 81-97. https://www.researchgate.net/publication/277061877_a_evolucao_tecnica_e_as_transformacoes_graficas_nos_jornais_brasileiros. Acessado 26 mar. 2021.
- Barbosa, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa: (1800-1900)*. MauadX, 2010.
- Barbosa, Marialva Carlos. “História do jornalismo no Brasil: a ordem manuscrita”. *Anais do 35º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*: Fortaleza, Intercom, set. 2012. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2573-1.pdf>. Acessado 23 mar. 2021.
- Batista, Aline Herbstrith. *Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, 2012, <http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1032>. Universidade Federal de Pelotas, Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Acessado 04 nov. 2017.
- Biblioteca Nacional de Brasília. *Política de Seleção das Coleções Especiais da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB)*. BNB, 2019.
- Cardoso, Elizabeth. “Imprensa feminista brasileira pós-1974”. *Estudos Feministas*, vol. 12, set.-dez. 2004. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004>. Acessado 27 abr. 2021.
-
- Greenhalgh, Raphael Diego. Critérios de raridade para periódicos: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol. 16, publicação contínua, 2022, e02132. DOI: 10.36311/1981-1640.2022.v16.e02132

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq). *Tabela de Áreas do Conhecimento*,
<http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acessado 09 nov. 2021.
- CONSER Standard Record (RSC). Library of Congress, 2020,
<https://www.loc.gov/aba/pcc/conser/documents/CONSER-RDA-CSR.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- Cunha, Murilo Bastos da, e Cavalcanti, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Briquet de Lemos, 2008.
- Cunha, Waldir da. “Coleção de Jornais Manuscritos: pasquins e boletins (1741-1930)”. *Anais da Biblioteca Nacional*: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 114, 1994, pp. 135-147,
http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1994_00114.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.
- Descriptive cataloging of rare materials (Serials) (DCRM)*. Library of Congress, 2008,
<https://rbms.info/files/dcrm/dcrms/DCRMS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- Di Stasio, Angela. “Subsídios para uma análise histórica de periódicos raros”. *Anais da Biblioteca Nacional*: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 114, 1994, pp. 85-133.
http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1994_00114.pdf. Acessado 30 mar. 2021.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Política de Preservação de Acervos da Embrapa*. Embrapa, 2013,
<https://www.embrapa.br/documents/10180/1532828/Pol%C3%ADtica+de+preserva%C3%A7%C3%A3o+de+acervos+da+Embrapa.pdf/96d8fc3f-ba67-4a09-86c8-50bce4ef8fbd>. Acessado 31 out. 2021.
- Faria, Maria Isabel, e Pericão, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. Edusp, 2008.
- Freitas, Maria Helena. “Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros”. *Ciência da Informação*, vol. 35, no. 3, set./dez. 2006, pp. 54-66,
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113>. Acessado 05 maio 2021.
- Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Correio Braziliense*, 2019.
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense#:~:text=Primeiro%20jornal%20de%20Bras%C3%ADlia%2C%20nascido,anos%20de%201808%20e%201822>. Acessado 25 mar. 2021.
- Hallewell, Laurence. *O livro no Brasil*. Edusp, 2012.
-
- Greenhalgh, Raphael Diego. Critérios de raridade para periódicos: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol. 16, publicação contínua, 2022, e02132. DOI: 10.36311/1981-1640.2022.v16.e02132

- Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. Edusp, 2018.
- Lima, Marcus Antônio Assis. “Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil”. *Cronos*, no. 3, 2001, pp. 21-30. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPrensa-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>. Acessado 28 abr. 2021.
- Maia, Carolina. “Trocando histórias, fazendo pontes: escritas e redes na imprensa lésbica brasileira”. *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBT brasileiro (1978-2018)*. Org. por Marcio Caetano, Alexandro Rodrigues, Cláudio Nascimento e Treyce Ellen Goulart. Copiart, 2018, pp. 35-42, https://www.academia.edu/39725535/QUANDO_OUSAMOS_EXISTIR_Interativo. Acessado 28 abr. 2021.
- Malatian, Teresa. “Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar”. *Patrimônio e Memória*, vol. 14, no. 1, jan./jun., 2018, pp. 340-364, <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/684/992>. Acessado 22 abr. 2021.
- Martins, Ana Luiza, e Luca, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. Contexto, 2015.
- Mclaren, Juliet, e Gillis, Jane M. “Is This Rule Necessary? A Discussion of New Rules for Rare Serials”. *Cataloging & Classification Quarterly*, vol. 43, no. 1, 2006, pp. 39-52. DOI: 10.1300/J104v43n01_04. Acessado 09 nov. 2021.
- Memória da imprensa negra no Brasil*. Observatório da Imprensa, 2020, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/memoria-da-imprensa-negra-no-brasil/>. Acessado 22 abr. 2020.
- Mendoza, Sara, e Paravic, Tatiana. “Origen, clasificación y desafíos de las Revistas Científicas”. *Investigación y Postgrado*, Caracas, vol. 21, no. 1, jun. 2006, <https://www.redalyc.org/pdf/658/65821103.pdf>. Acessado 04 maio 2021.
- Meneses, Raquel da Veiga Araújo de, e Silva, Leila Aparecida Arantes. “A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça”. *BDJur*, <https://soparararos.files.wordpress.com/2019/01/meneses-bdjur-2009.pdf>. Acessado 31 out. 2021.
- Moreira, Ildeu de Castro, e Massarani, Luisa. “A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920”. *História, Ciências, Saúde*, vol. 7, no. 3, fev. 2001, pp. 627-651, https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000600004. Acessado 05 maio 2021.

- Oliveira, Ângela Pereira. “A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens”. *Espacialidades*, vol. 12, no. 2, 2017, <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17650>. Acessado 22 abr. 2021.
- Pereira, João Baptista Borges. “Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira”. *Revista USP*, no. 89, mar./mai., 2011, pp. 278-284, <http://rusp.scielo.br/pdf/rusp/n89/19.pdf>. Acessado 22 abr. 2021.
- Pinheiro, Ana Virgínia. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Presença, 1989.
- Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor). *Crítérios de Raridade para Periódicos Brasileiros*. Biblioteca Nacional, <http://planorweb.bn.br/documentos/criterioraridadeperiodicosbrasil.doc>. Acessado 30 mar. 2021.
- Rizzini, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- Rocha Neto, Manoel Pereira da, et al. “Jornal manuscrito O Sonho: mulheres escrevendo a história”. *Revista Brasileira de História da Mídia*, vol. 6, no.1, jan./jun. 2017, <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6061#:~:text=Norte%20por%20meio%20do%20jornal,%20entre%201905%20e%201910.&text=Utilizamos%20como%20fonte%20os%20exemplares,da%20hist%C3%B3ria%20do%20jornalismo%20feminino>. Acessado 24 mar. 2021.
- Rodrigues, Márcia Carvalho. “Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul”. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, vol. 35, no. 1, jan./abr. 2006, p. 115-121, <http://eprints.rclis.org/8336/1/v35n1a12.pdf>. Acessado 12 maio 2021.
- Sant’Ana, Rizio Bruno. *Como definir periódicos raros: critérios da Biblioteca Mário de Andrade*. 2020.
- Santos, Renata Ferreira dos. “Organização, acesso e divulgação da coleção de periódicos da Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas (UFOP) – 1ª Fase: Catalogação e Migração de dados”. *Anais do 25º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*: Florianópolis, Febab, 2013, <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1348/1349>. Acessado 30 mar. 2017.
- Silva, Fernando. *Crítérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal*, 2011, http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9202/1/2011_FernandoSilva.pdf. Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado. Acessado 30 out. 2021.
- Souza, Cristiane Ferreira de. *Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Ministro Carvalho Júnior: relato de experiência*. GIDJ/RJ, 2017, <https://gdcej.files.wordpress.com/2017/05/cristiane->

ferreira-de-souza-colec3a7c3a3o-de-obras-raras-e-especiais-da-biblioteca-ministro-carvalho-jc3banior.pdf. Acessado 31 out. 2021.

Smith, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Editora FGV, 2000.

Stumpf, Ida Regina Chitto. “Passado e futuro das revistas científicas”. *Ciência da Informação*, vol. 25, no. 3, 1996, <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637>. Acessado 04 maio 2021.

Universidade Federal de Santa Catarina. Biblioteca Universitária. *Política de seleção, preservação e conservação da coleção de obras raras na BU/UFSC*. BU/UFSC, 2018, <https://portal.bu.ufsc.br/files/2014/11/CriteriosSelecaoObrasRaras.pdf>. Acessado 03 maio 2021.

Universidade Federal do Ceará. Biblioteca Universitária. *Política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará: Revisada e atualizada*. BU/UFC, 2016, <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-colecoes-ufc.pdf>. Acessado 31 out. 2021.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Biblioteca Pedro Calmon. *Crerios para livros raros*. UFRJ, <https://biblioteca.forum.ufrj.br/index.php/producao-bibliografica/criterios-livros-raros>. Acessado 31 out. 2021.

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. *Política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFPR*. SiBi/UFPR, 2013, [https://www.portal.ufpr.br/PDC%20SiBi%20\[2013\].pdf.pdf](https://www.portal.ufpr.br/PDC%20SiBi%20[2013].pdf.pdf). Acessado 31 out. 2021.

Copyright: © 2022 Greenhalgh, Raphael Diego. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 10/11/2021

Accepted: 07/12/2021